

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS
COM AFIJO AUMENTATIVO -ÃO:
UMA ANÁLISE COGNITIVISTA.**

Regina Simões Alves (UFRJ)

salvesregina2011@yahoo.com.br

Carlos Alexandre Gonçalves (UFRJ)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo amplo do processo de formação de palavras com o sufixo aumentativo *-ão*, desde sua origem até os dias de hoje. Um estudo importante, pois tal afixo possui uma descrição insuficiente na literatura existente. Tal processo será analisado do ponto de vista da linguística cognitiva que considera aspectos do domínio sociocultural, fato importante, uma vez que esse elemento morfológico tem atualização condicionada por fatores sociais e culturais. Também se faz relevante apresentar a semântica de tal afixo e depreender os processos cognitivos que subjazem nas diferentes acepções. Após o levantamento de dados, os mesmos foram distribuídos, descritos e analisados de acordo com os grupos de afinidades que são observadas a partir da natureza da base, especificação morfossemântica do produto e funções do afixo. Proporemos uma análise dos agentivos, que são considerados, no trabalho, exemplos desse tipo de formação. A análise do formativo se faz em dados com diferentes datações de entrada na língua. Para tanto, utilizamos dicionário etimológico como de Pharies (2002), incluímos na busca dados do dicionário eletrônico Houaiss (2001, 2009). Para chegar a um maior número de formações recentes, utilizamos os rastreadores eletrônicos *Google* e *Yahoo*, assim como consulta a *blogs*, *posts* e revistas *on line*. Uma coleta menos sistemática foi feita a partir de situações de interação linguística como conversas informais.

Palavras-chave: Formação de palavras. Afixo aumentativo. Linguística cognitiva

1. Introdução

A motivação para o estudo do sufixo aumentativo no português do Brasil, de forma especial *-ão*, surgiu pela constatação de que o que há sobre esse afixo se mostra insuficiente tanto nas gramáticas tradicionais quanto em trabalhos que refletem investigação linguística sobre o assunto. Após apresentar o tratamento dado a esse afixo na literatura morfológica, propomos traçar o percurso histórico do formativo a fim de confirmar a hipótese de que a morfologia derivacional portuguesa não possui um único afixo *-ão*, mas dois sufixos resultantes de um processo de homonímia. Ressaltamos, contudo, que há outros formativos *-ão* em nossa morfologia, o que figura em palavras como “afegão” e “alemão”, por exemplo, (gentílico); porém, nosso foco é o aumentativo.

Com base no arcabouço teórico da linguística cognitiva, apresentamos uma análise das várias acepções do afixo aumentativo, incluindo as formações deverbais como os “*nominas agentis*”: “babão”, “resmungão” e “entrão”; os “*nominas actiones*”: “empurrão”, “arranhão”, “escorregão” e os nomes de instrumentos: pilão, esfregão; o que, no nosso entendimento, trará uma importante contribuição para a pesquisa sobre graduação, uma vez que esse grupo de palavras foi colocado à margem nos estudos atuais, que pouco informam sobre o mesmo, apesar de sua grande produtividade ao longo da história do português. Devido a sua especificidade, faz-se importante investigar, nesses estudos, informações que contribuam com o avanço da análise e, se possível, elucidar pontos conflitantes, como, por exemplo, (a) a diferente origem etimológica das formações deverbais X-ão (“arranhão”, “empurrão”, “beberão”); (b) a possibilidade de analisá-las numa rede polissêmica própria, separada das demais acepções do sufixo, ao contrário do que propuseram Gonçalves *et alii* (2010); e (c) a distinção entre o caráter polissêmico e homônimo do afixo.

Trabalhamos com base em dados recolhidos do dicionário Houaiss (2009) (cerca de 180 palavras com afixo aumentativo -ão) e por meio de escuta em situações variadas de comunicação, além da ferramenta de busca eletrônica *google*. Na última seção desta pesquisa, tecemos a conclusão das análises e reflexões feitas ao longo do texto e esperamos que o estudo possa contribuir com as investigações linguísticas sobre o assunto, bem como apontar a relevância do artigo para a descrição do português.

2. O tratamento dado ao afixo nas gramáticas tradicionais

Nas gramáticas tradicionais, o tratamento dos afixos de aumentativo se resume a afirmações esparsas que não levam em consideração sua especificidade semântica e sua produtividade. Em tais obras, o sufixo aumentativo está relacionado prototipicamente à significação de tamanho aumentado e autores como Bechara (2002) e Lima (2006) limitam-se a mencionar que o mesmo tem valor pejorativo. Nenhuma obra dessa natureza o relaciona a uma escala de intensidade ou a outra acepção, fornecendo apenas uma listagem dos sufixos mais comuns, com exemplos apresentados em bloco e extraídos de obras literárias.

Bechara faz referência ao grau afirmando que “os substantivos apresentam-se com a sua significação aumentada ou diminuída, auxiliada

por sufixos derivacionais: homem – homenzarrão – homenzinho” (BECHARA, 2002, p. 140-141). O autor afirma que, pelo fato de a derivação gradativa se realizar por meio de dois processos, a) sintético (acréscimo de afixos) e b) analítico (expressão sintática), estamos diante de um processo de derivação (e não de flexão, como alega a maior parte dos normativistas). Segundo ele, “a flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação”. É importante ressaltar que, nesse capítulo, o autor apenas se refere à gradação do substantivo, não fazendo nenhuma referência a qualquer outra categoria. Com respeito à outra aceção dos sufixos gradativos, Bechara (*op. cit.*) afirma que, fora da ideia de tamanho, “as formas podem traduzir o nosso desprezo, a nossa crítica, o nosso pouco caso por certos objetos ou pessoas”, ou seja, o autor não faz referência a nenhuma outra aceção e tampouco ressalta a produtividade do afixo. No capítulo em que trata dos processos de formação de palavras, indica duas operações mais importantes, a) composição e b) derivação. Esta última, segundo ele, “consiste em formar palavras de outra primitiva por meio de afixos”. Interessa-nos observar o que o autor afirma sobre o sufixo aumentativo: “A noção de aumento corre muitas vezes paralela à de coisa grotesca e se aplica às ideias pejorativas: poetastro, mulherança” (BECHARA, 2000, p. 357). Sendo assim, podemos afirmar que o estudo não está atualizado, uma vez que o sufixo –aço, citado por ele em “mulherança”, já não exprime pejoratividade, fato observado por Rosa (1982) em sua Dissertação de Mestrado. Hoje, ao contrário, “mulherança”, segundo o dicionário Houaiss (2009), é “mulher de formas muito atraentes, grande mulher, psicologicamente sólida, confiável...” e nada há de pejorativo nessa aceção.

Lima (2006), no capítulo em que trata do grau, apresenta dois tipos de gradação: a dimensiva, própria dos substantivos (“narigão”, “amigalhão”) e a intensiva, própria dos adjetivos (“elegantíssima”, “amicíssimo”). No capítulo que trata do grau dos substantivos, Lima apresenta uma listagem que exemplifica o uso do sufixo aumentativo adjungido a bases substantivas, porém constam nesta mesma listagem exemplos do afixo acrescido a bases adjetivas como “atrevidão”, “espertalhão”, “estupidarrão”; o que torna confusa a abordagem do autor. Embora Lima fale do uso de sufixos gradativos em formas adjetivas indicando intensidade, no capítulo em que trata do grau dos adjetivos, não relaciona esse uso ao grau aumentativo, citando somente o superlativo. É importante observar que Lima (*op. cit.*), na parte em que trata da derivação sufixal, afirma que: “os sufixos vazios de significado têm por finalidade formar série de

palavras da mesma classe gramatical” (LIMA, 1972, p. 208). De fato, o autor se contradiz, pois, no capítulo sobre gradação, já comentado nesta seção, menciona dois tipos de significação do sufixo gradativo (aumentativo e intensivo). Se esses afixos apresentam, pelo menos, dois tipos de significação, logicamente não são vazios de significado, como afirmou anteriormente. Curiosamente, Lima faz uma listagem com os principais sufixos da língua portuguesa e não inclui nessa listagem o sufixo diminutivo -inho, por exemplo. Será que o autor não o inclui por achar que o mesmo não é vazio de significado? Somente este fugiria à regra? No que se refere ao grau aumentativo, obviamente não é essa a visão que encontramos em outras abordagens sobre o tema e nem é essa a ideia defendida na pesquisa.

Diante do exposto, podemos afirmar que o autor (*op. cit.*) não esclarece sua visão acerca do uso dos sufixos gradativos. Ele, assim como outros autores, afirma que o sufixo aumentativo indica desprezo “muitas vezes” e tem conotação pejorativa.

2.1. A visão de outros estudiosos a respeito do grau aumentativo

O trabalho de Rosa (1982) tem como foco o tratamento dado ao grau nas gramáticas tradicionais, também incluindo em seus estudos a visão de Mattoso Camara Jr. Ela concebe o grau como:

Uma categoria que expressa relação existente entre um significado considerado normal e outro(s) considerado(s) acima, abaixo, ou no mesmo nível numa escala de intensidade (muito...pouco) ou de dimensão (pequeno... grande), incluindo os valores pejorativos e afetivos. (ROSA, 1982, p. 14)

Rosa aborda a questão do grau sintético ou analítico (“livrão”, “livro grande”), considerados, segundo ela, sinônimos. Na opinião da autora “o grau manifesto por meio de um processo morfológico revela necessariamente emotividade, enquanto a expressão analítica é, por natureza, neutra” (ROSA, *op. cit.* p. 19). Também trabalha com o binômio subjetivo – objetivo. Para ela, a forma analítica seria objetiva, ao passo que a forma sintética seria subjetiva. Rosa faz essa distinção, afirmando que na forma analítica não há dois valores comparados. Dessa forma, podemos questionar se o uso de “grande” ou “pequeno”, adjetivando o substantivo, não demonstraria dois valores comparados. Ao dizermos “grande”, será que não temos em mente algo que não é de grandes proporções, como “livrinho”? Para Rosa (1982), assim como para os gramáticos até então

citados, o sufixo aumentativo está fortemente ligado à ideia de pejoratividade. Nas palavras da autora:

A afetividade do aumentativo é tida como indicadora, em geral, de desprezo e é referida como valor depreciativo ou pejorativo, que pode acompanhar a formação aumentativa devido às relações que se estabelecem entre um item, tomado como expressão de normalidade, e outro(s), considerado(s) além dessa média. (ROSA, 1982. p. 18)

Devemos ressaltar que essa visão não encontra respaldo, pelo menos não hoje, pois, quando dizemos “Ela tem um *cabelão!*” ou “Ela tem um *bundão!*”, os itens tomados além da média de normalidade nestes exemplos, em nossa cultura, são tomados como positivos. Vale dizer que é o uso que indica se uma forma é avaliada positiva ou negativamente. Em linhas gerais, no entanto, formas aumentativas têm forte conotação positiva – fato que os dados revelaram, como comentaremos mais adiante. Rosa (1982) também apresenta o problema da derivação *versus* flexão no processo de formação de palavras ora analisado, considerando-o, como muitos gramáticos, como um processo derivacional, já que “seu uso depende da vontade do falante que pode empregá-lo ou não” (ROSA, 1982, p. 15-16), bem como a possibilidade de representá-lo com duas formas (analítica e sintética – “carro grande” e “carrão”, nesta ordem) e por apresentarem formas especializadas (“esfregão”, “trambolhão”, “apalpão”) e evolução semântica (“cartaz”), aspectos não encontradas no processo flexional, segundo a autora. Interessa-nos comentar os chamados “agentivos aumentativos” no trabalho da autora, pois, para ela, não se trata de um caso de aumentativo:

Os derivados de verbo por meio do sufixo *-ão* não nos parecem, em vista de seu comportamento, um caso de aumentativo. Constituem num tipo de formação que se restringe a indicar o agente habitual da atividade indicada pelo radical verbal e que é usado coloquialmente com valor pejorativo (ROSA, 1982, p.26).

Rosa (*op. cit.*) cita autores como Said Ali (1971), Mattoso Camara Jr. (1970) e Celso Cunha (1985) que classificam esse formativo como um caso de aumentativo, porém ela não compartilha dessa opinião defende a ideia de que, em formações como “babão”, “resmungão” e “brigão”, entre outras, não existem diminutivos correspondentes, como em “carrão” – “carrinho”. De fato, não há correspondente diminutivo para, por exemplo, babão – *babinho. A autora ressalta, ainda, que, por incompatibilidade semântica, a junção de sufixo aumentativo a uma base impede a utilização de um sufixo diminutivo como em *calorãozinho. Acreditamos que se o primeiro sufixo tem valor expressivo de intensidade e *-z(inho)*

valor afetivo, essa formação é totalmente possível, como em “babãozinho”. Gonçalves (2011) apresenta uma relação considerável de palavras em que o sufixo -(z)inho se anexa a bases aumentativas, incluindo as não-lexicalizadas: “amigonazinha”, “retratãozinho”, “caixinhona”, “gatinhozão”. Rosa (1982) admite “babãozinho”, mas não “calorãozinho”. A primeira vista, os valores expressivos são parecidos em ambos os casos. Obviamente, em “babão”, temos um caso de agentividade intensiva (iterativa), e em “calorãozinho”, apenas o valor expressivo de intensidade no sufixo *-ão*. Porém, nos dois casos, os sufixos *-ão* e *-inho* não exprimem os mesmos valores não sendo, portanto, excludentes. Rosa (*op. cit.*) acredita que o uso de sufixos gradativos não tem como resultado um produto de uma classe diferente da palavra-base. Nesse caso, não aceita os agentivos como exemplos de formações com esse sufixo. Observamos que somente o diminutivo não mudaria a classe de uma palavra, ao passo que o aumentativo, nessa acepção, sempre forma nomes a partir de verbos. Rosa fixa a acepção prototípica de tal afixo como dimensional e, embora inclua o conceito de intensidade, não se atém a ele. Para a autora, *-ão* está fortemente ligado à ideia de pejoratividade, demonstrando, assim, um forte rechaço ao seu uso. O trabalho de Rosa (*op. cit.*) contribui com o estudo do sufixo aumentativo proposto aqui, pois servirá de base para as investigações sobre o mesmo em relação ao uso e à produtividade. Ressaltamos, no entanto, que a presente pesquisa não abarca outros tipos de sufixos aumentativos (*-azil* e *-aço*, por exemplo), apenas *-ão*, o qual foi descrito no trabalho da autora como o mais usual, o que se comprova atualmente, e por ser o formativo utilizado em formas lexicalizadas, como “calção”, “sapatão”, “cartão” e “portão”, entre tantas outras.

Frota (1985)¹⁹⁰ afirma que afixos aumentativos ou diminutivos “apenas acentuam ou minimizam a carga semântica da base, tenha ela valor pejorativo ou não” (FROTA, 1985, p. 13). Partindo de sua afirmação, podemos inferir que existe uma escala de valores em que situamos as palavras com o objetivo de que a mesma traduza o que queremos comunicar. Posicionamos essas palavras de acordo com o maior ou menor grau de intensidade ou dimensionamento positivo ou negativo da base. Nesse caso, a pejoratividade não estaria no sufixo, como afirmam os autores citados. Nesta pesquisa, questionamos se há realmente pejoratividade no sufixo ou se a mesma já se encontra na base.

¹⁹⁰ Dissertação de Mestrado “A expressão do pejorativo em construções morfológicas”

Em Basílio (2006), encontramos um avanço na descrição do aumentativo, pois a autora ressalta os aspectos semânticos, quer do afixo, quer da base. Porém, não encontramos em seu trabalho referências ao uso variado de *-ão*. A ênfase recai sobre o uso prototípico, relacionado à ideia de tamanho, embora a autora o coloque numa escala de intensidade e excelência. Segundo ela, o aumentativo tem função expressiva (dimensão, excelência ou intensidade) e denotativa (designa um novo objeto, distinto do que é denotado na base e caracterizado como de grande dimensão¹⁹¹, a exemplo de “calçadão” e “empadão”). Estes últimos os gramáticos denominam aumentativo com formas especializadas ou com mudança semântica, ou ainda, formas lexicalizadas. Basílio (2006) e Rosa (1982) compartilham da mesma ideia quando incluem o sufixo aumentativo no processo de derivação sem mudança de classe, excluindo da categoria aumentativo as formações deverbais.

Mattoso Camara Jr. (1970) é categórico em sua afirmação de que o grau (diminutivo, aumentativo e superlativo) não constitui processo de flexão na língua portuguesa. Nas palavras do autor “A expressão de grau não é flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si” (CAMARA JR, 1970, p. 83). Segundo o autor, essa confusão decorreu de uma transposição de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática:

Em latim, o morfema gramatical *issimus* pertencia a um complexo flexional ao lado de *-ior*, próprios dos adjetivos num tipo de frase em que se estabelece a comparação entre dois termos, para se afirmar que aquele referente ao adjetivo marcado por tal sufixo é superior ao outro. (...) Em português a situação é outra. Para um adjetivo latino *felix / fe'liks* / “feliz”, havia obrigatória e coerentemente as formas *felicier* e *felicissimus*, que se empregavam em condições bem determinadas, e sistematicamente com exclusividade, em lugar de *felix*: *homo felix* “homem feliz”; *homo felicier lupus* “o homem é mais feliz do que o lobo”; *homo felicissimus animalium* “o homem é o mais feliz dos animais”. Ora, em português, só temos feliz. Modifica-o em cada caso um mecanismo sintático, fora da morfologia vocabular: ...mais...do que...; ... o mais... dos... (CAMARA JR, 1970, p. 83)

Pela comparação com a gramática latina, Otoniel Motta, ao incluir o grau superlativo no processo flexional em português (erroneamente), terminou por incluir também o aumentativo e o diminutivo. Nas palavras de Camara Jr “O gramático Varrão (116 a. C.-26 a. C.) distinguia entre o

¹⁹¹ Nem sempre as formações vão denotar algo de grande dimensão, como, por exemplo, “portão” e “garrafão”.

processo de *derivatio voluntaria* (derivação), que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis* (flexão), para indicar modalidades específicas de uma dada palavra” (CAMARA JR, 1970, p. 83).

Sandmann (1988) afirma que muitas palavras no aumentativo estão relacionadas à atitude emocional do emissor. Aumentativos como “bolsão” e “calçadão” são exemplificados como “aumentativos idiomatizados” ou lexicalizados. O autor discute o assunto mais detalhadamente em seu livro *Morfologia geral* (1997). Para ele, o sufixo de grau se presta, especialmente, ao desempenho das funções expressiva e apelativa, centradas no emissor e no receptor, e bem menos na função referencial, centrada no objeto ou referente. Importante se faz observar que Sandmann (*op. cit.*) admite que o morfema de grau é “raio ou adjunto”, característica que compartilha com a flexão. Nessa mesma linha, Gonçalves (2005) observa que, em português, os sufixos de grau são os únicos que deixam de se comportar como cabeças de construções morfológicas, o que os aproxima das flexões. Dessa maneira, o sufixo de grau é determinante da palavra complexa e não determinado; característica pertinente aos sufixos flexionais, porém sua presença ou ausência não está condicionada por fatores sintáticos. Desse modo, o sufixo de grau é incluído no processo derivacional.

De modo geral, os autores incluem o grau no processo derivacional pelo mesmo motivo: a não obrigatoriedade de uso, e esse nos parece o fator principal para a afirmação sobre o teor derivacional de afixos como -inho e -ão. Em outras palavras, o sufixo, para ser flexional, deve ser exigido pela sintaxe.

No capítulo em que aborda os processos de formação de palavras, a gramática portuguesa organizada por Mira Mateus (2003) trata os sufixos de grau de uma forma diferente das até então apresentadas. Nas palavras da Villalva que assina o capítulo:

Tendo em conta que a descrição da interpretação da semântica das palavras que esses sufixos integram é complexa, não se esgotando na expressão de dimensão (...) e admitindo que, qualquer que seja o efeito da adjunção de um destes afixos, todos eles exprimem um juízo de valor do locutor relativamente ao conteúdo semântico da forma de base, adopta-se, para os identificar, a designação de avaliativos (MIRA MATEUS, 2003, p. 958).

Villalva (*op. cit.*) inclui, no rol dos sufixos modificadores, os avaliativos – que é o caso de aumentativos, diminutivos e superlativos. Porém, exclui desse grupo os exemplos de aumentativos que outros autores chamam de lexicalizados, idiomatizados ou com significação especiali-

zada: “caixão”, “portão”, “garrafão”. Para ela, essas formações apresentam o sufixo *-ão* derivacional. Desse modo, temos como resultado três estatutos diferentes para a sufixação em português: flexional, derivacional e avaliativa. O sufixo *-ão* pertence aos dois últimos, a depender do resultado do produto. Vale ressaltar que o “z”, analisado por muitos autores como um exemplo de consoante de ligação, para ela é um sufixo, também avaliativo. Em “pezão”, temos a palavra “pé” e a ela são adicionados o sufixo avaliativo concorrente “z” e depois o sufixo avaliativo *-ão*. Villalva observa que o sufixo avaliativo se associa a radicais (“tíminho”, “franguinho”), ao passo que o sufixo *-z* avaliativo se associa a palavras (“jovenzinho”, solzinho”). Isso porque a forma de base a que se associam exibe diferentes propriedades. Afirma a autora que somente o sufixo avaliativo pode dispor de sufixo concorrente *-z* avaliativo: “mulherona” – “mulherzona”. Para ela, o grau não é nem flexional nem derivacional; tem uma classificação à parte. Analisemos exemplos como “caixa” – “caixona”, em que *-ona* é sufixo avaliativo, e “caixa” – “caixão”, em que *-ão* é sufixo derivacional. Essa mesma relação aparece em outros exemplos, como em “porta” – “portona” – “portão”, “garrafa” – “garrafona” – “garrafão”. Conforme a autora, as formas *caixãozão, *portãozão não são possíveis, porém não é o que encontramos em uso no português do Brasil. Ao contrário, por termos um produto que não possui necessariamente uma semântica de aumento, essa associação é totalmente previsível e possível, como se vê nos dados a seguir, extraídos de Gonçalves (2005):

(01)	latãozão	caminhãozão	cartãozão
	macacãozão	portãozão	roupãozão

Ainda, segundo Villalva (*op. cit.*), sufixos que definem o valor do gênero (base feminina + sufixo *-ão* = produto masculino), como em “perna” > “pernã”, são sufixos derivacionais responsáveis pela relação de hiperonímia-hiponímia. Para ela, os sufixos modificadores (avaliativos) não são responsáveis por mudança de classe, ou seja, base e produto devem pertencer à mesma categoria lexical, não admitindo sequer a mudança de gênero; caso isso ocorra, estaremos diante de um sufixo derivacional. Observando as afirmações da autora, chegamos à conclusão de que, para ela, o sufixo aumentativo *-ão*, quando avaliativo, exprime apenas dimensão. Quando se trata de valoração e lexicalização, a autora inclui o afixo na classe dos derivacionais. Em outras palavras, a autora afirma que estamos diante de dois sufixos diferentes, certamente homônimos (embora ela não chegue a afirmar isso categoricamente), excluindo

a possibilidade de tais formações exibirem o mesmo elemento morfológico, com diferentes acepções, sendo, por isso mesmo, polissêmico por natureza.

Esse passeio sobre descrições a respeito do afixo aumentativo nos mostra o quanto é importante um estudo minucioso e atualizado sobre esse formativo e é o que propomos fazer neste trabalho. Antes, porém, vejamos o percurso histórico das formas X-ão.

3. Percurso histórico-evolutivo do sufixo -ão: do latim ao português

Nesta seção, faremos uma reflexão sobre o percurso histórico do sufixo aumentativo -ão até os dias atuais. Para isso, recorreremos aos estudos feitos por estudiosos das línguas neolatinas (VÄÄNÄNEN, 1967; COUTINHO, 1971; WILLIAMS, 1961; MACHADO, 1941; TEYSSIER, 1997) que apontam a origem do afixo. Discutimos, ainda nesta seção, se o sufixo, com o formato que tem hoje, é resultado de um processo de homonímia ou de polissemia (ou dos dois processos). Também abordamos a questão das transformações sofridas pelo afixo em sua passagem do latim ao português.

O sufixo aumentativo -ão do português moderno teve sua origem no latim, porém não se apresentava nesta língua com a mesma forma que se apresenta naquela. Vejamos um fato que influenciou na formação dita “encorpada” (MACHADO, 1941) da terminação (-onis) que mais tarde resultou no sufixo estudado nesta pesquisa. O desgaste fonológico sofrido pelos vocábulos, devido ao acento de intensidade do latim, reduziu, por vezes, esses nomes a uma única sílaba. Os monossílabos resultantes foram reforçados com o uso de sufixo e prefixo de várias espécies, assim surgindo, por exemplo, o aumentativo, usado de acordo com esse autor, tão somente para dar corpo ao vocábulo original. Afirma Machado que os sufixos primitivos -n- *ên*, -*ôn*,-*ōn* entram na estrutura de palavras antigas para ampliá-las: *sangu-is*, *sangu-in-is*, *car-o* *car-n-is*, *ingu-en-is* > *ingui-nis* (MACHADO, 1941, p. 352-353). E esses afixos são, para ele, sufixos latinos que não possuem significado próprio. Segundo o autor (op.cit.), o sufixo ō (vogal média posterior longa) influiu, mais do que qualquer outro, na formação de substantivos de qualidade, que originaram, depois, sobrenomes e apodos que designam a qualidade individualizada: *Cícero Ciceronis*, de *cicer*. *Ciceronis* significa “o mais brilhante orador de Roma” ou “oradores comparáveis a *Cícero*” ou, ainda, “eloquentes como *Cícero*”. Machado destaca ainda que, com formação idêntica, o sufixo -

ōn- forma substantivos que indicam uma espécie de aumentativo: *edo* > *ed-on-is* > *edonis*: “comilão”, *lanio* > *lani-on-is* > *lanionis*: “trinchador” (*lanius*: 1. Carniceiro, açougueiro 2. Sacrificador – sentido figurado 3: Carrasco), *praedo* > *praedonis*: 1. “ladrão, salteador” – 2. sentido figurado: Usurpador.

Väänänen (1967) postula que os sufixos *-o*, *-onis* originalmente serviam para formar nomes que faziam pares com adjetivo *-us*, *-a*, *-um*: *manducus* > *manduco* (“tragador”) ou “comilão”. Esse sufixo, segundo ele expressivo, designa *primeiramente*, nos sobrenomes derivados de nomes de objetos, a qualidade individualizada: “*frons* – *fronto* : o que tem a frente grande; *nasus* – *nāsō* (Naso)”, em que Nasão é um sobrenome romano. Väänänen salienta que o mesmo ocorreu com verbos: “*bibere* > *bibo*: beberrão; *gluttire* > *glutto*: glutão”. O autor postula que o afixo (*-onis*) figura em palavras como “*lanionis*” (açougueiro, trinchador), “*caupo*” > *cauponis*” (taberneiro), “*fullo*” > “*fullonis*” (pisoeiro: aquele que prepara os panos depois de tecidos), em *segundo lugar*, para indicar, nesse caso, uma atividade. E, assim, como outros autores já citados, Väänänen fala do valor pejorativo nessas formas. É importante ressaltar que a tradução de “*lanionis*” e “*cauponis*”, citados nos exemplos acima, não tem como resultado palavras com o sufixo *-ão*, o que nos levar a refletir sobre os sufixos concorrentes *-dor* e *-eiro* que figuram no português moderno como agentivos (“operador”, “carregador”, açougueiro, verdureiro), mas não com o sentido de ação intensiva ou iterativa, como ocorre com “babão”, “resmungão” e “chorão”, entre tantos outros.

Com base no exposto, é lícito dizer que a desinência *-onis* não se constituía, no latim clássico, em sufixo puro, mas uma simples terminação do genitivo singular da terceira declinação para nomes terminados em *-o*, como, por exemplo, Cícero – *Ciceronis*, Otto – *Ottonis*, Bruno – *Brunonis*. No latim medieval, essa terminação continua a ser usada com a mesma função, mas assume o estatuto de sufixo com característica de aumentativo, transmitindo a ideia de afeto, simpatia e benquerença, quando aplicado a nomes próprios, como destacado acima. O latim vulgar *conservou* e *ampliou* as aplicações primitivas do sufixo “*-o*” com a terminação “*-one*”, desenvolvendo uma aplicação aumentativa, como atestam as línguas românicas: Italiano: *boccone*, espanhol: *bocón*, português: *bocão*, *bocona*, segundo a norma gramatical: *bocarra*. Portanto, as terminações *-one*, *-on* e *-ão* são, respectivamente, os principais sufixos aumentativos dessas línguas.

Coutinho (1971) afirma que sufixo aumentativo era raro no latim e que os escritores romanos tinham preferência pelo processo analítico: “dorsum immane, altum dolorem”. Destaca, ainda, que alguns sufixos aumentativos usados no português “não passam de terminações latinas que significavam coisas ou objetos grandes” (COUTINHO, 1971, p. 240). Ressalta que “à significação de grandeza se juntou a de deformidade, justificando assim o sentido depreciativo ou pejorativo que alguns possuem” (COUTINHO, 1971, p. 240). Aponta tal pejoratividade nos sufixos -aço e -az (do latim *aceu*: “barçaça”, “mestraço”, “linguaraz”), -alha (do latim *-alio*: “canalha”, “gentalha”), -arro, -orro (de origem ibérica: “bocarra”, “cabeçorra”). Quanto ao -ão, do latim -one, afirma que o mesmo se junta a temas verbais (designando agente, como em “brigão”, “chorão”) e nominais (designando tanto aumento de proporções como intensidade, a exemplo de “casarão”, “sabichão”, “pobretão”). Destaca, por fim, que entre o tema e o sufixo pode vir uma consoante de ligação (-r-, -ch-, -t-), como vemos nos exemplos acima.

Há controvérsias em relação à produtividade do sufixo -ão aumentativo entre os autores citados. Alguns o analisam como produtivo, mas Camara Jr. (1970:226) o analisa como pouco produtivo, bem como Coutinho (*op. cit.*). Na verdade, a presente pesquisa consegue defini-lo como muito produtivo, pois nossos dados apontam para essa definição. Esse afixo tem, hoje, juntamente com o diminutivo, uso extremamente enriquecedor nos campos lexical e semântico e possui uma capacidade linguística de enorme expressividade.

A língua portuguesa utiliza, generosamente, os sufixos diminutivos e aumentativos, com este último se pospondo a bases substantivas (“nariz” > “narigão”, “peixe” > “peixão”, “cabeça” > “cabeção”...), adjetivas (“educado” > “educadão”, “alto” > “altão”, “gostoso” > “gostoso”...), verbais (“brigar” > “brigão”, “babar” > “babão”, “beber” > “beberão”...), participiais (“tapado” > “tapadão”, “sabido” > “sabidão”...), adverbiais (“cedo” > “cedão”, “rápido” > “rapidão”...). O processo foi utilizado produtivamente no latim e o é em português atualmente. Essa produtividade é tão grande que o sufixo ganhou novos sentidos, o que tem levado à criação de novas palavras, as quais ganham emprego generalizado e se incorporam ao léxico da língua. Muitas formas, originalmente aumentativas, com o tempo ganharam significados especiais que se distanciaram do sentido primeiro. Essas palavras se apresentam, hoje,

com uma acepção considerada de grau dito “normal”, como “cartão”, “portão” e “calção”, entre tantas outras.

Há palavras consideradas “sem alteração semântica”, como exemplifica Santos (2009): “fuscão” e “peladão”. Essas formações são relevantes para a pesquisa, pois as analisamos sob um ponto de vista diferente, pois ao nosso ver, essas palavras *possuem* alteração semântica. Vejamos, por exemplo, a palavra “fuscão”, que, a nosso ver, não faz referência ao mesmo significado da palavra base. Observemos que “fusca”, segundo o dicionário Houaiss (2009), é “um antigo carro da Volkswagen de 1200 ou 1300 cilindradas...”, mas “fuscão” “é um carro antigo da Volkswagen de motor de 1500 ou 1600 cilindradas”, ou seja, o carro é diferente em virtude de ter um motor de potência maior, o que justifica a forma aumentativa. O mesmo ocorre com “peladão”, pois “pelado, segundo o dicionário (*op. cit.*), é “...sem roupa, desnudo” e “peladão” é “*totalmente* despido, pelado”. Ou seja, o afixo veicula alteração semântica, uma vez que base e produto não possuem os mesmos significados.

Encontramos também o afixo adjungido a bases numerais indicando relação (Rio-Torto, 1998) como em “quarentão” que significa “aquele que tem quarenta anos ou está na casa dos quarenta anos; quadragenário” (HOUAISS, 2009). A esse significado podem ser somados outros de valor melhorativo ou não. “Quarentão” faz referência, primeiramente, a uma pessoa que tem quarenta anos ou está na casa dos quarenta, porém pode também, a depender da cultura, fazer menção à experiência ou maturidade que essa pessoa pode ou deve ter. Vejamos o exemplo em (02):

(02) “Ele é um sessentão¹⁹² requisitado no mercado de trabalho”

4. A homonímia e a polissemia do sufixo aumentativo -ão

No que se refere aos fenômenos homonímia e polissemia, podemos afirmar que a forma do afixo é resultado de um processo de homonímia em relação à semelhança que possui com o *-ão* desinência de futuro, gentílico e constituinte fonológico de palavras como “mão”, “coração” e “leão”; porém, no que diz respeito ao sufixo aumentativo, com base no conceito utilizado aqui nesta pesquisa e com o embasamento teóri-

¹⁹² Palavra usada por um jornalista da TV Globo numa matéria que trata da falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho da Construção civil exibido em 06/08/11

co da linguística cognitiva, admitimos que não são casos de homonímia, mas de polissemia, as várias acepções que tal afixo encerra. Contudo, fazemos ressalva no que se refere à formação deverbal.

Vários autores, como Camara Jr., Said Ali, Coutinho, incluem a formação agentiva (“babão”, “comilão”) como exemplos de aumentativo e ligam essas formações ao sufixo latino *-one*, com exceção de Said Ali que liga a *-onis*. Porém, no que diz respeito a essas formações, podemos, sim, admitir um caso de homonímia se concordarmos com Pharies (2002). Erroneamente, Santos (2009) afirma que Pharies (2002) defende que os *nomina agentis* e os *nomina actiones* têm suas origens no sufixo *-iō -ōnis*. Na verdade, o autor postula que o sufixo tem duas origens e funções: como sufixo nominal aumentativo, remonta a *-ō -ōnis*, sufixo latino utilizado para derivar majoritariamente designações de pessoas a partir de bases verbais e nominais. O outro (*-iō -ōnis*) tem a função de derivar nomes de ações bruscas a partir de verbos, a exemplo de “empurrão”, “encontrão”, entre outros. Os dois tipos acabam se influenciando mutuamente.

Em consonância com Machado (1941) e Väänänen (1967), que exemplificam formações como *edo*, *ed-on-is* (aquele que come muito ou aquele que é dado a essa ação, “comilão”) e *glutto -onis* (aquele que é dado a essa ação, “comilão”) como provindas dos sufixos *-o*, *-onis*, a presente pesquisa defende (a) que várias formações agentivas com nuances aumentativas provenientes de *-onis* são anteriores às muitas formações aumentativas com *-one* e (b) que os sufixos não são os mesmos: *-onis* pertence ao genitivo latino clássico e *-one(m)*, ao acusativo latino vulgar. Este, com base em afirmações anteriores, ampliou as aplicações primitivas do sufixo “*-o*” com a terminação “*-one*”, desenvolvendo uma acepção aumentativa, como atestam as línguas românicas (espanhol, italiano, português), em dados como os analisados na seção precedente – “*boccone*” (italiano), “*bocón*” (espanhol), “*bocão*” (português). Nesse caso, estamos diante de uma situação de homonímia. Acreditamos que as demais acepções aumentativas são casos de polissemia, conforme já foi afirmado.

Encontramos, também, exemplos como *frons*, *fronto* (“o que tem a frente grande”), derivados de nomes de objetos designando a qualidade característica; porém, sustentamos a ideia de que o sufixo aumentativo *-ão* do português não tem como característica fazer referência a uma parte do corpo, de tamanho grande, indicando posse. O sufixo usado com esse valor é *-udo*. Em outras palavras, a tradução para o português dos subs-

tantivos a que se adjunge esse afixo no latim é, por exemplo, “testudo” para “aquele que tem a frente grande” e “narigudo” para “aquele que possui nariz grande”. Atualmente, por extensão metafórica ou metonímica, encontramos esse matiz de posse no afixo *-ão*. É interessante observar que as palavras com o sufixo *-udo* têm datação mais antiga do que as palavras com o sufixo *-ão* em português. A palavra “dentudo”, por exemplo, é do século XV (1441) e “dentão” é do século XVIII (1713), assim como, “pernudo” é de 1862 e “pernã” é de 1881; “orelhudo” é do século XV e “orelhão” sequer possui datação.

4.1. A homonímia do sufixo na visão de Rio-Torto

Rio-Torto (1998) defende a homonímia presente no sufixo *-ão*. Segundo ela, esse formativo é analisado, no português contemporâneo, como quantificador aumentativo, sendo suscetível de se agregar a bases substantivas, adjetivas e verbais. Sublinha, categoricamente, que não se trata de apenas um sufixo e sim “de tantos outros homônimos quantas as diferentes relações categoriais e/ou semânticas envolvidas na sufixação de *-ão*”. (RIO-TORTO, 1998, p. 150). A autora separa os produtos de acordo com a categoria a que pertencem com relação às bases (e não de acordo com as acepções que o afixo adquire, como faremos mais adiante). Nesse sentido, Rio-Torto (1998) divide as formas derivadas *X-ão* em dois grandes grupos: 1) isocategoriais – sem mudança de classe, que dividimos em três subgrupos, a fim de melhor esclarecer as ideias da autora: a) *denominais*, que podem ser parafraseados como X grande, X intenso ou X de grandes dimensões, (“calorão”, “portão”, “dinheirão”); b) *de-adjetivais*, parafraseados como X intenso/muito/bastante (“atrasadão”, “atrevidão”, “bonzão”) e c) os poucos nomes derivados com *-ão* de significação diminutiva, parafraseados como X pequeno ou de pequenas dimensões (“cordão”, “cobrão”, “caravelão”), a maioria dos quais não são mais usados e os remanescentes não preservam a acepção diminutiva; e 2) heterocategoriais – com mudança de classe, que podem ser divididos em três subgrupos: a) *adjetivos denominais* (“aldeão”, “cinquentão”), com origem em *-anu* e considerados homônimos dos que aparecem no grupo anterior; b) *nomina actionis* – nomes deverbais, os quais indicam “ação/ processo e/ou resultado de ação/ do processo” (“empurrão”, “encontrão”, “rasgão”); b’) “ação y de V, resultado da ação y de V, em que y representa uma variável que designa intensidade (grande, violenta, forte)”. Como exemplo, a autora cita “arranhão” (“arranhadura grande”) e “esticão” (“grande puxão para esticar”). A autora (*op. cit.*) discute se há

ou não homonímia entre os subgrupos b e b'”, pois não reconhece em “empurrão”, por exemplo, um quantificador intensivo, como em “arranhão”. Acreditamos que, ao menos no português do Brasil, esse quantificador intensivo é facilmente reconhecível nos dois subgrupos, que poderiam ser, nesse caso, unidos. Um outro grupo, incluído por Rio-Torto entre os heterocategoriais, é o (c) denominado “*nomina agentis*”, deverbais, cuja paráfrase é “aquele que” (“resmungão”, “intrujão”) ou c” “aquele que V em grau y” (“beberrão”, “chorão”, “comilão”, “fujão”, “mijão”, “respondão”).

Temos um posicionamento diferente no que se refere ao que se observa no português do Brasil. No nosso entendimento, “resmungão” pode ter como paráfrase “aquele que resmunga muito ou vive resmungando” e, nesse caso, não pertenceria ao grupo (c), “aquele que”, grupo que a autora afirma não haver intensidade. O mesmo acontece com “queimão”, outro exemplo incluído por ela no grupo c, mas que o dicionário Houaiss traz com o seguinte significado: “que queima, que arde muito”. Ou seja, também os grupos c e c'” poderiam formar um único grupo.

Observamos que, em palavras como “chorão”, “comilão”, “fujão”, casos por ela chamados de incômodos e “derradeiros”, o sufixo acumula a função de agente com a de intensidade, o que para Rio-Torto é impossível:

De resto, uma solução deste tipo colide com o recorte semântico das operações derivacionais actantes na língua portuguesa, porquanto nesta não há lugar para uma operação afixal que contemple simultaneamente uma relação heterocategorial e uma relação, também sistêmica, mas isocategorial, ainda que de intensificação (RIO-TORTO, 1998, p. 171).

A solução encontrada pela autora é a de defender que há um afixo *-ão* formador de adjetivos deverbais (“que V”), os quais, uma vez nominalizados, podem designar “aquele que V”. No caso dos deverbais, ainda há os nomes instrumentais como “esfregão”, “pilão”, “podão”, cuja paráfrase é “instrumento com o qual um agente humano executa a ação denotada pelo verbo” ou “aquilo (com) que (se) V”. Segundo Rio-Torto (*op. cit.*) há argumentos contra e a favor da inclusão desse grupo no grupo dos “*nomina agentis*”, esse grupo, segundo a autora, é marcado pelo traço [+humano]. Em todos os exemplos, citados acima, temos uma ação que exige força humana para sua execução. Rio-Torto (1998) defende que “o sistema derivacional do português contemporâneo não possui um só afixo *-ão*, mas vários sufixos homónimos com a mesma estrutura formal”

(RIO-TORTO, 1998, p.172-173). Temos homônimos no grupo dos isocategoriais: os que têm valores aumentativo-intensivo e diminutivo, com origem em *-one*. No grupo dos heterocategoriais, estão o sufixo *-ão* com valor relacional cuja origem está em *-anu* e o sufixo *ão* deverbal que engloba os nomes de ação e os agentivos, todos com origem em *-one*.

Se tomarmos apenas o sufixo *-ão* aumentativo, segundo a divisão da autora, teríamos apenas os denominais cuja operação semântica é de dimensão ou intensidade, já que para ela os deverbais formariam um grupo distinto. Em nossa pesquisa, no entanto, defendemos dois diferentes sufixos *-ão*: o aumentativo com valor dimensivo e intensivo (com origem em *-one*) e o aumentativo deverbal com valor agentivo ou como resultado de ação, evento ou processo (com origem em *-onis*). Destacando que Pharies (2002) aponta *-io*, *-onis* para as formações que possuem a semântica de resultado de ação.

4.2. A polissemia do sufixo *-ão* aumentativo

O francês Michel Bréal criou, em 1897, o termo “polissemia”, mas o conceito remonta à antiguidade grega. Essa noção surge no contexto de debates do “Crátilo” de Platão, mas é em Aristóteles que se encontra uma profunda reflexão sobre o assunto. Até a criação do termo por Bréal, a polissemia era chamada de homonímia e Aristóteles distinguiu a homonímia “casual” da homonímia “intencional” ou “racional”, hoje, *homonímia* e *polissemia*, respectivamente.

Com o marco da linguística cognitiva, a polissemia teve uma nova descrição; passou a ter um vínculo-chave entre as experiências de categorização. As palavras polissêmicas são, em essência, categorias complexas, no entendimento de autores como Lakoff (1987) e Langacker (1988). Dito de outra maneira, utilizando as palavras de Cuenca & Hiltferty “os vocábulos polissêmicos são nomes de categoria com uma estrutura interna que inclui constelação de sentidos com diferentes graus de representatividade” (CUENCA & HILFERTY, 2002, p. 127). De modo geral, a polissemia é um efeito cognitivo real, uma consequência lógica de nosso modo de categorizar. A polissemia passou a ser vista como um fenômeno natural e inerente à língua e trouxe a possibilidade de mostrar muito sobre o significado, a linguagem e a cognição, como afirma Silva (2006). E é na relação com a cognição e com a cultura que deve ser estudada. É a flexibilidade inerente do significado que explica a instabilidade característica da polissemia. Um item lexical pode dar origem a uma sé-

rie de associações e ser entrada para a ativação de um amplo domínio cognitivo. Com base nessa reflexão é que apontamos a característica polissêmica do sufixo aumentativo *-ão*. Começemos definindo os diferentes usos do sufixo aumentativo *-ão* com origem em *-one(m)*, dispostos em grupos de afinidade com alguns exemplos (os exemplos estão com datação para que possamos comparar, principalmente no que se refere aos deverbais, o tempo de uso). Dentro dos parênteses, colocamos a paráfrase correspondente a cada grupo:

(A) Grupo que transmite a ideia de tamanho superior ao normal, com base na perspectiva do falante. Essa é considerada a formação prototípica (*X-ão*: X grande ou X de grande dimensão). Nesse grupo, o afixo é adjungido a uma base substantiva (concreta) e o produto é um substantivo também concreto, como se vê nos dados em (03), a seguir:

- | | | | |
|------|-------------------------|--------------------------|-----------------------|
| (03) | cachorrão (1922) | dentão (1713) | mocetão (1659) |
| | narigão (1716) | patão (1919) | peixão (1899) |
| | rapagão (c 1543) | salão (1672-1693) | sapatão (1858) |

Também pode se agregar a substantivos abstratos como observamos em (4):

- | | | | |
|------|----------------|--------------------------|-------------------------|
| (04) | amorzão | calorão (s/ data) | trabalhão (1881) |
|------|----------------|--------------------------|-------------------------|

Há, nesse grupo, um conjunto de formas *X-ão* em que o produto é um locativo de grande dimensão:

- | | | | |
|------|-----------------------|----------------------|---------------------|
| (05) | caixão (s XVI) | feirão (1913) | lixão (1980) |
|------|-----------------------|----------------------|---------------------|

Observe-se que alguns aumentativos não têm datação, mesmo sendo muito utilizados, como, entre outros, “bração”, “orelhão”, “dedão”. E outros nem mesmo são dicionarizados: “barrigão”, “olhão”, “pezão”. Quase todas as bases acima referidas podem ser acrescidas do sufixo *-udo*. Vejamos a datação: “barrigudo” (1548), “olhudo” (1720), “pescoçudo” (1616), “pezudo” (s/ data). Pode ser que o fato de haver bases combinadas com o sufixo *-udo* tenha inibido o uso com o sufixo *-ão* pela ação do bloqueio¹⁹³, nos termos de Aronoff (1976). Há também outros sufixos concorrentes que exprimem aumento, porém o sufixo *-ão* é o mais utilizado. Atualmente existem substantivos como “cabeça”, “prato”, “cão”, “mão”, cujas formas aumentativas são, pela tradição gramatical,

¹⁹³ O conceito de bloqueio, segundo o autor é o seguinte: uma palavra nova pode não ser formada pelo simples fato de já haver outra no léxico com igual significado ou função.

“cabeçorra”, “pratarrão”, canzarrão”, “manzorra”, respectivamente, porém as formas “cabeção”, “pratão”, “cãozão”, “mãozão”, “mãozona”¹⁹⁴ são bastante utilizadas e certamente suplantam o emprego das rivais apontadas como padrão.

(B) Grupo em que temos a ideia de intensificação apreciativa (X-ão: X muito bom ou muito bonito). Em alguns exemplos, podemos ter X grande e bonito, ao mesmo tempo:

(06) achadão (s/data) bundão (1913) carrão (1595)
casarão, (s/data) festão (s/ data) pernão (1899)

(C) Conjunto de formas em que X-ão atualiza a ideia de muito X, X intenso, a exemplo das formas em (07). Nesse caso, o sufixo vem a se conectar a uma base adjetiva ou adverbial e o produto pertence à mesma classe da base. Utilizamos um asterisco para indicar as formas que não aparecem nos dicionários tomados por base: Aurélio e Houaiss.

(07) altão bobalhão (1899) cedão
doção espertalhão (s/data) felizão (1899)
gostosão (s/data) lentão pobretão (1819)
rapidão valentão (1707) vermelhão (1642)

(D) Grupo em que o aumentativo manifesta o significado X em grande quantidade ou grande quantidade de X:

(08) copão dinheirão(s/data) pozão

(E) O sufixo aumentativo também pode exprimir afeto, apreço, simpatia, força, grandeza:

(09) filhão irmãzona mãezona paizão

Também encontramos esse tipo em “Maurício” – “Mauriçõ”, “Marcos” – “Marcão”, “Alexandre” – “Xandão”, “José” – “Zezão”. Nos dois últimos exemplos, percebemos que a conexão com o sufixo é feita depois de um processo de hipocorização. Também se incluem nesse grupo nomes de time de futebol em que o produto é o aumentativo de uma parte do nome ou do próprio nome do clube, indicando carinho, apreço ou mesmo admiração: “Botafogo” – “Fogo” – “Fogão”, “Fluminense” – “Flu” – “Flusão”, “Flamengo” – “Mengo” – “Mengão”, “Vasco” – “Vas-

¹⁹⁴ Essas formações são encontradas na VOLP – Sistema de busca de vocabulário – disponível em www.academia.org.br

ção”. O mesmo raciocínio é válido para o nome da cor predominante do uniforme do time e o resultado da construção X-ão é um nome exprimindo afeto: “Azulão” (São Caetano), “Verdão” (Palmeiras).

(F) Em algumas formas, X-ão reforça a grandeza que já se encontra no referente do produto. As bases são nomes próprios ou sobrenomes. Nesse caso, temos como produto nomes de estádio de futebol, estabelecimentos que têm como característica, o tamanho avantajado:

(10) Arruda – Arrudão (Estádio do time Santa Cruz do Recife); Castelo – Castelão (Estádio do Ceará); Machado – Machadão (Estádio do América de Natal); Ipatinga – Ipatingão (Estádio de um município de Minas Gerais); Engenho (de Dentro) – Engenhão (Estádio com o nome de um bairro da cidade do Rio de Janeiro); Brizola – Brizolão (nome de estabelecimento escolar de grande dimensão); Carvalho – Carvalhão (nome de estabelecimento comercial)

Nesse grupo, podemos alocar nomes como “Burguesão” e “Mercadão”. Vale observar que enquanto foi permitido, era comum ver nomes de estádio de futebol derivando de sobrenome de pessoas influentes. Depois, foi aprovada uma lei proibindo essa prática.

(G) Por fim, há um grupo numeroso de construções X-ão que têm como produto o resultado de um processo de lexicalização. Há usos de formas lexicalizadas que ainda guardam a noção de aumento em relação à palavra de base, vejamos os exemplos em (9):

(11) **almofadão (s/data)** **caixão (s XVI)** **empadão (1890)**
fação (1813) **salsichão (1881)** **varandão (s/ data)**

Outras, porém, não possuem uma relação de aumento com o referente.

(12) **balão (1802)** **cartão (1595)**

Obviamente, todas essas acepções do afixo não são casos de homonímia, mas de polissemia. Em todos os grupos, podemos observar um matiz de aumento de tamanho, intensidade, quantidade, valorização, apreciação.

Agora vejamos os grupos deverbais provindos de *-onis*:

(H) As formas X-ão podem remeter a um agentivo – aquele que pratica a ação que a base exprime de forma iterativa. A base é verbal e o produto pode ser um substantivo ou um adjetivo:

(13) **babão (1712)** **beberrão (séc. XV)** **brincalhão (1871)**

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

brigão (séc. XVI)	cagão (1836)	chorão (1562)
comilão (1603)	fujão (1562)	glutão (séc. XIV)
mandão (1836)	respondão (1720)	vendilhão (1803)

(I) Em algumas formas X-*ão* deverbais, o produto exprime resultado de ação, ação forte ou violenta:

(14) arranhão (1881)	empurrão (séc. XVI)	encontrão (1679)
puxão (1844)	rasgão (1917-1819)	safanão (1874)

(J) X-*ão* pode remeter a um produto que nomeia um objeto ou recipiente. Também nesse caso, a base é um verbo e o produto é um substantivo:

(15) esfregão (1562)	pilão (1553)	podão (1720)
-----------------------------	----------------------	----------------------

Podemos afirmar, observando os dados, que a datação nos fornece duas importantes indicações acerca das formas deverbais: (a) boa parte tem entrada anterior à das formas nominais e (b) a formação mais antiga com adjunção do afixo aumentativo é deverbal (“glutão”).

É relevante observar que o real significado de *-ão* somente pode ser determinado sociointeracionalmente e que seu uso pode ser fundamentado com o instrumental analítico fornecido pela linguística cognitiva. Devido a esses fatos, necessário se faz observar alguns pontos importantes dessa corrente teórica que embasa a presente pesquisa e cujos pressupostos serão, a seguir, aplicados ao nosso objeto de investigação. Tal corrente possui como foco de interesse a função, o significado e o uso, defendendo uma linguística não objetivista, já que as experiências de cada um podem interferir na construção do significado, sensível culturalmente e dependente das experiências perceptuais e motoras de nossa espécie. Os aspectos socioculturais são prioritariamente considerados, uma vez que elementos morfológicos têm atualização condicionada por fatores sociais e culturais. A apresentação de uma diferente rede polissêmica para *-ão* obriga-nos a observar alguns pontos dessa corrente teórica, já que as noções de radialidade e de extensão são essenciais para a definição do MCI de tamanho, no que diz respeito ao aumentativo. Na próxima seção, discutimos esses conceitos para, logo após, apresentar a proposta de rede e nosso modo de interpretar os significados das formas aumentativas.

5. A categorização

Categorizar é um processo complexo que precisa ser analisado na atividade sociointerativa. Com base nos estudos da linguística cognitiva, podemos afirmar que a categorização é uma consequência da razão corporificada; é o produto da interação dos seres com o meio, com base em corpos e mentes. A categorização é uma atividade sociocognitiva situada em contextos culturais específicos, na tentativa de construir o conhecimento. Nesses termos, deve ser analisada na atividade sociointerativa, como defende Marcuschi (2005). Ainda segundo Marcuschi (*op. cit.*), a maneira *como* dizemos as coisas aos outros é decorrência de nossa interação intersubjetiva sobre o mundo e da inserção sociocognitiva no mundo em que vivemos. O olhar deve estar voltado para a atividade e para o processo. A categorização, segundo a linguística cognitiva, é baseada em protótipos, ou seja, as categorias são pensadas de acordo com o grau de representatividade entre os membros. Há membros mais centrais (ou prototípicos) e outros menos centrais (ou periféricos). Os membros de uma categoria não possuem as mesmas propriedades comuns, devido ao grau de saliência existente entre os exemplares. Para Lakoff (1987) a categorização reflete a cognição humana. No que diz respeito ao afixo aumentativo *-ão*, o valor dimensivo é considerado o prototípico por ser o mais representativo da categoria, pois partimos do pressuposto de que os significados mais básicos são os mais concretos; depois temos os menos centrais, como o intensivo e o quantitativo. Encontram-se, mais afastados do centro, as lexicalizações, que podem ser consideradas extensões que o afixo adquire através dos efeitos metonímicos e metafóricos e os significados pragmáticos.

5.1. O MCI de tamanho

Para entender o conceito de MCI (modelo cognitivo idealizado), é necessário compreender o conceito de domínio que, segundo a linguística cognitiva, é um conjunto de conhecimentos estruturados que podem ser estáveis ou locais. Segundo Fauconnier (1994), os espaços mentais (EMS) são domínios (locais) ligados a outros por conectores e, enquanto o falante pensa e fala, vai utilizando essas informações ou esses conhecimentos estruturados por *frame* e MCI. Sua estrutura se dá sob a pressão da gramática, do contexto e da cultura. Esses espaços são responsáveis pela inter-relação entre linguagem e cognição. O MCI, de acordo com Lakoff (1987), é um dos domínios estáveis e é entendido como o conhe-

cimento que adquirimos ao longo das experiências sociais disponíveis culturalmente. Eles influenciam na organização do pensamento e nas expectativas de uma pessoa. Cada MCI é uma estrutura complexa, uma *gestalt*, cuja interpretação se dá de forma integral de acordo com outros conhecimentos relacionados. Ainda segundo Lakoff (*op. cit.*), um modelo pode se estender, mediante a aplicação de princípios estruturadores, de outro modelo. Por exemplo, a palavra “cabeção” pode fazer referência a uma parte do corpo com tamanho avantajado, primeiramente, porém, mediante uma extensão metonímica, pode se referir a uma pessoa destituída de inteligência como também, atualmente, faz referência a uma pessoa que possui um grande domínio sobre determinado assunto ou é inteligente. Ruiz de Mendoza (2000), ao propor o MCI de tamanho em espanhol, afirma que é importante o estudo da integração conceptual em diversos âmbitos da semântica, como ocorre com a metáfora e a metonímia. O autor enfatiza que o MCI de tamanho explica uma infinidade de fenômenos semânticos, sugerindo a existência de dois desses modelos: o de controle e o de custo-benefício.

O MCI de controle é crucial para o estudo de construção semântica de algumas expressões como a que Lakoff (1996) denominou de a “METÁFORA DA PESSOA DIVIDIDA”. Na descrição desta metáfora, uma pessoa consta de um sujeito (a consciência experimentadora) e de um eu (que representa os aspectos corporais e funcionais da pessoa) cuja relação é de inclusão espacial (RUIZ DE MENDOZA, 1988, p. 357).

O autor cita algumas metáforas do sistema e afirma que as metáforas que ajudam na compreensão do MCI de controle são a “metáfora do eu perdido: Me deixei levar...”, a “metáfora do eu dividido: Está lutando consigo mesmo” e a “metáfora do eu ausente: Está fora de si...”. Essas metáforas são chamadas de orientacionais, pois, ao contrário das estruturais, não estruturam um conceito em termos de outro, mas organizam todo um sistema de conceitos em termos de outro. Por esse motivo, Ruiz de Mendoza usou o termo sistema para fazer referências a elas. Em *Metáforas da vida cotidiana*, Lakoff & Johnson descrevem a metáfora do controle da seguinte forma: “TER CONTROLE ou FORÇA É PARA CIMA; ESTAR SUJEITO A CONTROLE ou FORÇA É PARA BAIXO” e dão exemplos como “Tenho controle sobre ela”, “Seu poder aumentou” e “Ele está no alto escalão”. A base física dessa metáfora é definida pelos autores da seguinte maneira: “Tamanho está ligado normalmente à força física e o vencedor numa luta está normalmente por cima” (LAKOFF & JOHNSON, 1980, p.61-62). Dessa metáfora, podemos inferir outras, como: “maior é melhor”, maior é mais importante” etc. Outra metáfora importante para o MCI de tamanho (aumentativo) é “**MAIS É PARA CI-**

MA; MENOS É PARA BAIXO”, cuja base física, ainda de acordo com Lakoff & Johnson, é explicada da seguinte maneira: “Se acrescentarmos uma quantidade de uma substância ou de objetos físicos em um recipiente ou pilha, o nível sobe”: “Sua renda caiu no ano passado”, “O número de livro publicado a cada ano continua subindo” (LAKOFF & JOHNSON, 1980, p. 62). Os autores (*op. cit.*) postulam que as metáforas de espacialização estão enraizadas na experiência física e cultural; elas não são construídas ao acaso e, desse modo, uma metáfora pode servir como veículo para a compreensão de um conceito apenas em função de sua base experiencial. É importante destacar a afirmação dos autores (*op. cit.*) a respeito da escolha da metáfora e de sua importância, pois podem variar de cultura para cultura. Alguns valores de nossa cultura são coerentes com as metáforas de espacialização **PARA CIMA – PARA BAIXO**. “**Maior é melhor**” é coerente com **MAIS É PARA CIMA** e **BOM É PARA CIMA**, por exemplo.

Falemos, agora, das metáforas ontológicas, que nos ajudarão a entender os conceitos organizados por Ruiz de Mendoza na postulação do MCI de tamanho.

Da mesma forma que as experiências básicas das orientações espaciais humanas dão origem a metáforas orientacionais, as nossas experiências com objetos físicos (especialmente em nossos corpos) fornecem a base para uma variedade extremamente ampla de metáforas ontológicas, isto é, formas de se conceber eventos, atividades, emoções, ideias etc. como entidade e substâncias (LAKOFF, 2002, p. 76).

Vejamos, a seguir, a descrição do MCI de controle em Ruiz de Mendoza (2000), refletindo, no entanto, somente sobre os aspectos diretamente relevantes para a análise do formativo *-ão*:

1. O controle que uma pessoa tem sobre uma entidade ou um conjunto de entidades aumenta ou diminui de acordo com a presença ou ausência, respectivamente, de barreiras físicas entre a pessoa e essa entidade ou conjunto de entidades. Nesse sentido, a distância pode ser entendida como um impedimento ou barreira física.
2. O controle máximo de uma entidade ou conjunto de entidades ou coisas é normalmente desejável / o controle mínimo não é normalmente desejável.

Façamos uma reflexão sobre o segundo modelo sugerido por Ruiz de Mendoza (2000): o MCI de custo-benefício:

- a) O estado de coisas resultante de uma atividade pode ser (considerado como) benéfico, prejudicial, ou neutro, para outras entidades.
- b) Um estado de coisas benéfico para uma entidade querida é desejável.
- c) Um estado de coisas não benéfico para uma entidade querida não é desejável.
- d) Um estado de coisas prejudicial a uma entidade querida não é desejável.
- e) Um estado de coisas não prejudicial para uma entidade querida é desejável.

Normas culturais relacionadas ao princípio de cortesia, cuja formulação foi influenciada pela escala pragmática, baseiam-se em desenvolvimentos de diferentes aspectos do modelo. Dessa maneira, ainda segundo Ruiz de Mendoza (2000), um estado de coisas negativo para uma pessoa querida deve ser corrigido como indicativo de que essa pessoa é querida. Pode-se considerar que apreciações como essas são extensões do modelo básico, determinadas por convenções culturais.

Analisemos o MCI de tamanho:

- 1. Os objetos variam de tamanho e essa mudança varia desde dimensões muito pequenas a muito grandes.
- 2. Um objeto pequeno costuma ser mais controlável que um grande.
- 3. Um objeto de tamanho pequeno costuma ser menos prejudicial que um grande.

Como extensões do modelo, podemos ter, de forma resumida:

- a) Objetos pequenos são controlados e por isso podem ser percebidos como agradáveis.
- b) Objetos pequenos são pouco importantes e depreciáveis e por esse motivo podem ser percebidos como desagradáveis.
- c) Objetos grandes são pouco controláveis e podem causar sensação de desproporção e serem, por isso, percebidos como não agradáveis.
- d) Os objetos grandes são importantes, majestosos e podem ser percebidos como agradáveis.

Os MCIs estão em constante interação e cognitivistas como Tuner e Fauconnier dedicaram vários trabalhos sobre essa interação. Dentre os

vários constructos teóricos, refletimos sobre os espaços mentais, já conceituados nesta seção. Essas reflexões nos fazem entender que o aumentativo é uma categoria morfológica polissêmica e seus diversos significados estão ligados metonimicamente, na maioria das vezes, e também metaforicamente ao sentido central de grandeza física ou tamanho grande. Observando os dados, concluímos que o aumentativo tem vários sentidos, como o de tamanho (“narigão”), que é o central, e outros menos centrais, como quantidade (“potão”) e intensidade (“cedão”). Temos, ainda, mais afastados desse centro prototípico, os sentidos de valorização (positiva ou negativa), a exemplo de “mengão” e “pobretão”, nessa ordem, as projeções metonímicas e as lexicalizações (“orelhão”, “cartão”).

Ruiz de Mendoza (*op. cit.*), ao analisar o MCI de tamanho, dá ênfase ao diminutivo e nossa descrição não incluirá esse grau. Nossa análise não se identifica totalmente com a desse autor, uma vez que ele utiliza outros afixos aumentativos, além de *-ão*, e porque sua abordagem, além de muito resumida, trabalha com dados de uma língua diferente – o espanhol. O autor considera como centrais os valores afetivos e pejorativos ligados à ideia de tamanho e nossa pesquisa se serve de uma gama maior de valores. Tomemos os seguintes exemplos para análise:

- (16) **Você viu o sofazão que ela comprou? Que Lindo! Isso porque ela tem uma salona maravilhosa!**
- (17) **Ela tem um pernã! Se bem que não é só a perna, ela é toda bonitona!**
- (18) **Seu namorado é altão, fortão, é todo ão!**
- (19) **Ela gastou um dinheirão com seu casamento. Mas foi realmente um casamentão!**
- (20) **Ele chegou cedão e acabou por me esperar um tempão!**
- (21) **Ela come muito... Você viu o pratão que ela traçou? Ainda tomou um copão de refri!**

Observando os exemplos, constatamos que o afixo aumentativo *-ão* serve a vários propósitos e os diferentes usos refletem os diferentes fins pretendidos pelo falante. No primeiro exemplo, em (16), podemos observar que o sufixo está ligado a uma base nominal concreta e abre espaço mental que se identifica com a base empírica MAIOR TAMANHO, MAIOR VALOR, relacionando-se com a descrição (g) do MCI de tamanho, aludido mais acima: “os objetos grandes são importantes, majestosos e podem ser percebidos como agradáveis”. Nesse enunciado, um objeto grande foi percebido de forma positiva, despertando, dessa forma,

sentimento de admiração. Essa descrição encontra respaldo também na metáfora de espacialização “maior é melhor”.

No exemplo em (17), o sufixo *-ão* aparece ligado a uma base nominal e a uma base adjetival. No primeiro caso, temos “pernã” abrindo espaço mental de apreciação da qualidade do referente, pois “pernã” faz referência a uma perna bem torneada, assim como “bonitona” intensifica a qualidade de ser “bonita”. Nos dois casos, o uso do afixo potencia os efeitos subjetivos que uma propriedade produz no falante. Como é difícil de conceptualizar identidades por meio de intensidade, a metáfora ontológica TAMANHO É UMA ENTIDADE ajudaria, pois, desse modo, podemos quantificar ou intensificar o tamanho. Assim, é possível fazer a interação conceptual do modelo descrito em (b) do MCI de custo-benefício (um estado de coisas benéfico para uma entidade querida é desejável) e o descrito em (g) do MCI de tamanho (a beleza da perna e a boniteza da pessoa são percebidos como grandes e esse fato é visto como agradável pelo falante), pois “maior é melhor” é coerente com “mais é para cima” (LAKOFF & JOHNSON, 1980, p. 71).

Em (18), que inclui as realizações “fortão” e “altão”, o afixo está intensificando a propriedade do referente. O tamanho da força é grande e é visto como algo agradável pelo falante, de acordo com a metáfora de controle e força descrita por Lakoff & Johnson (1980).

No exemplo (19), o uso do afixo adjungido à palavra “dinheiro” nos remete à segunda expressão do MCI de controle (O controle máximo de uma entidade ou conjunto de entidades ou coisas é normalmente desejável / o controle mínimo não é normalmente desejável), a (c) do MCI de custo benefício “Um estado de coisas não benéfico para uma entidade querida não é desejável” e a (f) do MCI de tamanho “Objetos grandes são pouco controláveis e podem causar sensação de desproporção e serem, por isso, percebidos como não agradáveis”. Nesse caso, o “dinheirão” gasto pode ser visto como algo grande, de proporção não controlável e que foi custoso para pessoa. A análise seria outra se o enunciado fosse: “Ganhei um dinheirão”. O afixo é o mesmo, porém, em outro contexto. Nesse caso, o espaço mental aberto seria outro, que ativaria outras expressões do modelo.

No exemplo (20), “cedão” e “tempão” poderiam nos apontar uma arbitrariedade no que diz respeito à metáfora MAIS É PRA CIMA, que nos leva a inferir que MAIS É MELHOR, porém não há arbitrariedade se observarmos a interação dos MCIs. O controle máximo do tempo

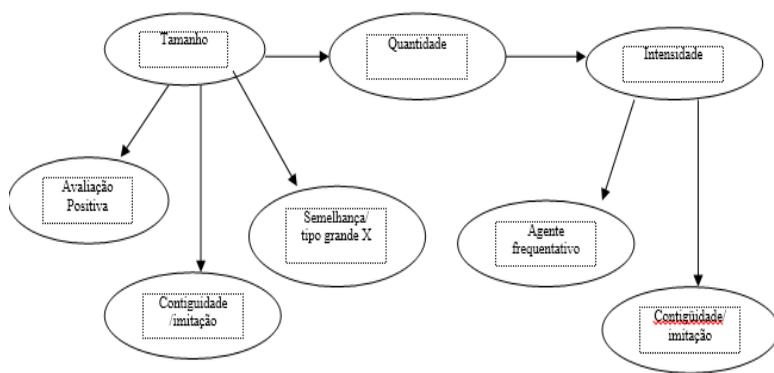
é algo desejado. No entanto, o tempo maior utilizado foi custoso para a pessoa, como se pode comprovar com o restante da frase que mostra que ela teve de esperar um longo tempo, apesar de ter chegado bastante cedo. Portanto, o falante exprime um sentimento de algo não desejável, pois houve um excesso do tempo perdido.

Por fim, o exemplo (21) abre espaço mental combinado. Temos, nesse caso, um exemplo de metonímia que ocorre quando há um tipo de referência indireta. Lakoff & Johnson (1980) afirmam que a metonímia tem principalmente função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra. Segundo Fauconnier (1997), a função da metonímia é pragmática. Esse tipo de projeção tem papel fundamental na estruturação do conhecimento e permite meios de identificar um domínio através de sua contraparte por meio do Princípio de Identificação (I) ou Princípio de Acesso. Esse princípio permite a descrição da entidade (gatilho) em termos de sua contraparte (alvo) ou zona ativa e ponto de referência (cf. CUENCA & HILFERTY, 1999). Nesse caso, somente haverá acessibilidade de um domínio à sua contraparte se existir conexão pragmática entre gatilho e alvo. O exemplo (18), “Ela come muito... você viu o prato que ela traçou”, faz referência à metonímia “continente pelo conteúdo”; na verdade, o prato é o continente e a comida, o conteúdo. A conexão se faz porque o prato é, de modo geral, o lugar onde se coloca a comida quando se vai comer. Em “prato”, o afixo, por meio da metonímia, faz referência à quantidade de comida que está no prato. O prato não precisa ser, necessariamente, grande, porém a comida precisa estar numa quantidade elevada, o que nos leva a refletir sobre a metáfora MAIS É PRA CIMA, MENOS É PRA BAIXO, cuja base física já foi descrita nesta seção. Podemos acessar as expressões (b) ou (c) do MCI de custo benefício e, apesar de (b) ser o contrário de (c), não há arbitrariedade na análise, pois ela dependerá do ponto de vista do falante – se ele acha prejudicial ou não o ato de comer muito. Porém se refletirmos a respeito do MCI de controle: “O controle máximo de uma entidade ou conjunto de entidades ou coisas é normalmente desejável / o controle mínimo não é normalmente desejável”, chegaremos à conclusão de que o controle da quantidade que se come está ligado à saúde e concluiremos que esse controle é necessário.

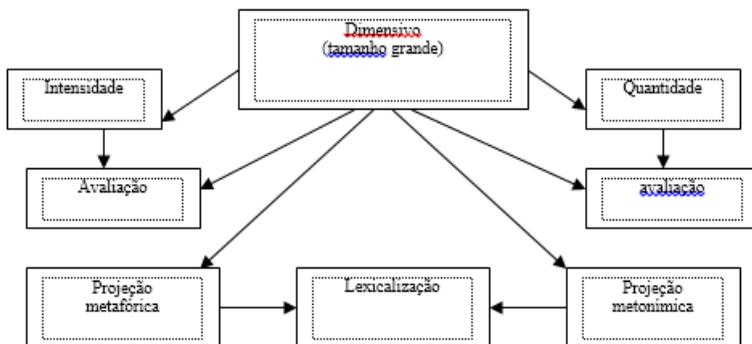
Vale ressaltar que a gradação acumula valores pragmáticos, como afeto (recurso utilizado para expressar emoção), julgamento (recurso utilizado para julgar o caráter) e apreciação (recurso utilizado para atribuir valor às coisas), todos relacionados à função atitudinal dos elementos

morfológicos (GONÇALVES, 2005). Através desses recursos, o emissor exprime sua impressão (negativa ou positiva) a respeito de algo ou alguém. Se ele acha que comer muito é algo positivo, será ativado o espaço mental de (b), “Um estado de coisas benéfico para uma entidade querida é desejável”; caso contrário, será aberto o espaço mental de acordo com o que está descrito em (c), “Um estado de coisas não benéfico para uma entidade querida não é desejável”. A avaliação não está baseada somente na palavra “prato”, mas em toda a sentença.

Após a análise dos exemplos, torna-se oportuno comparar as redes polissêmicas do afixo *-ão*. A seguir, é formalizada a rede tal como concebida por Gonçalves *et alli* (2010).



Nossa proposta de rede em primeiro lugar descarta as formações de base verbal, aqui consideradas um caso de homonímia. A rede de significados de *-ão* defendida na presente investigação é a seguinte:



A nosso ver, intensidade não vem de quantidade, pois, ao tomarmos tamanho como uma entidade, ele pode ser quantificado e intensificado, como já mostramos anteriormente. Esse fato e a separação dos deverbais justificam a reestruturação da rede. A seguir, abordamos as formas X-ão em que X é categorizado como verbo.

Como defendemos a homonímia no sufixo aumentativo *-ão*, a proposta é que façamos, separadamente, a rede polissêmica do afixo *-ão* verbal. Ruiz de Mendoza (2000) analisa também as formações deverbais de acordo com os MCIs de tamanho, custo benefício e controle, porém essas formações não são exploradas. Recorremos a Fillmore (1977a), que apresenta uma análise parecida com a dos nomes para os verbos. Segundo o autor, verbos também envolvem conhecimento de mundo e de cultura. Para Fillmore (*op. cit.*), assim como os nomes, os verbos também remetem a cenas e exemplifica sua assertiva com o verbo “to marry”, “casar”, que nos remete à cena de uma cerimônia ritualizada na qual um casal, devido a uma escolha de *status* legal, assume a intenção de se relacionar conjugalmente “até que a morte os separe”. O verbo faz referência a uma estrutura conceptual decorrente de um *frame*, conjunto de procedimentos estabelecidos por uma cultura, caracterizado por vários acontecimentos integrados; a semântica envolvida pode, desse modo, ser representada como uma categoria de relação de significados. Para entender a estrutura semântica de um verbo, é preciso compreender as propriedades de cada cena esquematizada. Cada cena é entendida a partir das experiências e instituições humanas de modo que, para uma pessoa entender o conceito de “casar”, é necessário que ela tenha experienciado cada passo que compõe a cena. As formas estudadas correspondem à nominalização de um conceito verbal que tem como característica comprimir o conteúdo conceptual, de modo que todo o ocorrido seja reduzido a uma só imagem. Esse entendimento é importante para falarmos dos deverbais. Analisemos alguns exemplos que servirão para a compreensão da rede polissêmica:

(22) Rogerinho é muito brigão! Faz questão de tudo!

(23) Pedro deu um maior empurrão no Renato que quase caiu!

(24) Pegue o esfregão e limpe tudo pra mim.

Em (22), “brigão” provém do verbo “brigar”, que ativa uma cena em que duas pessoas se agredem, geralmente, fisicamente. A nominalização nos remete a uma pessoa que gosta de brigar ou que é dada a essa ação que o verbo exprime, porém com certa frequência. Por esse motivo,

“brigão” é considerado um agentivo pertencente à classe dos “frequentativos” (ROSA, 1982). A intensidade é atualizada pelo aspecto iterativo que o afixo imprime no verbo e essa iteratividade corresponde à pluralidade das situações eventivas. O *frame* que o verbo “brigar” ativa é composto de agente e do resultado da ação, a briga. Portanto “brigão” foi criado metonimicamente a partir do mesmo *frame* que o verbo. Resta-nos explicar a intensidade ou iteratividade presente no afixo que amalgama essas duas funções, agentividade e intensidade, já que o *frame* ativado pelo verbo sem o afixo não prevê essa frequência. É a repetição da imagem que denota a frequência da ação. Dessa forma, o agentivo “brigão” ativa o mesmo *frame* com repetidas imagens. Analisemos o MCI de controle descrito na sentença “O controle máximo de uma entidade ou conjunto de entidades ou coisas é normalmente desejável / o controle mínimo não é normalmente desejável”. Esse MCI abre o espaço mental para que entendamos que a cena evocada pela palavra é vista como não desejável. Também o modelo (d) do MCI de custo-benefício ajuda explicar a formação, pois “Um estado de coisas prejudicial a uma entidade querida não é desejável”. Esses fatos justificam a pejoratividade existente no produto, além do fato de que o ato de brigar não é bem visto em nossa cultura.

No exemplo (23), a palavra “empurrão” corresponde ao resultado do processo verbal e ativa o MCI de custo-benefício relacionado à expressão (d), “Um estado de coisas prejudicial a uma entidade querida não é desejável”, uma vez que consideramos a violência do ato. O *frame* ativado é a cena que o evento verbal ativa. Dessa vez, o agente não é o foco da cena. “A *perspectiva da atenção*¹⁹⁵ estabelece que o que expressamos reflete as partes do evento que atraem nossa atenção” e a “*perspectiva de preeminência* da conta de que todos os elementos associados tenham um valor igual e que essa diferença de valor pode se traduzir em diferenças formais e sintáticas” (CUENCA & HILFERTY, 1999, p. 194). Nesse caso, o que figura como foco, ou seja, o que tem preeminência é o resultado do processo verbal “empurrão”.

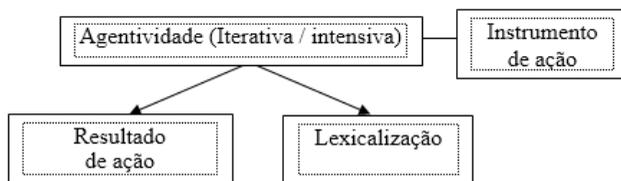
O exemplo (24) faz referência a uma entidade instrumental de ação que ativa um *frame* em que encontramos um agente desenvolvendo uma ação correspondente ao verbo “esfregar”. Essa ação é feita com o

¹⁹⁵ Um dos três princípios sintetizados por Ungerer e Schmid a respeito da ação do emissor em relação às mensagens que emite. Minha tradução para “La perspectiva de atención establece que lo que expresamos refleja las partes del evento que atraen nuestra atención”.

auxílio de um instrumento que é um objeto, o “esfregão”. No que diz respeito à relação figura-fundo, o que tem preeminência, nesse contexto, é o utensílio com o qual se realiza a ação de esfregar. Os *frames* justificam todas essas formações, que não têm nada de arbitrárias; ao contrário, são justificadas por princípios bem fundamentados pela semântica cognitiva.

As formações lexicalizadas, como “mijãozinho” e “cagão” são justificadas pela interação de conceitos que correspondem ao processo metonímico. “Mijãozinho” é uma roupa usada por recém-nascidos que, por sua própria natureza, urinam muito. O sufixo diminutivo exprime afeto, pois tal ação frequente é considerada normal quando se trata de bebês e por se tratar de um ser bem pequenino. Já a forma “cagão” vem do verbo “cagar” cuja origem latina é *cacare* (refere-se ao ato de defecar); logo, “cagão” nomeia quem caga muito. A palavra sofreu lexicalização e também faz referência a uma pessoa medrosa. Essa referência se justifica pelo fato de que o medo desencadeia abalo no sistema nervoso, o que pode provocar sintomas como dor de barriga. Existem expressões como “Estou cagando de medo” e “Ele se borra todo”, que justificam o uso. A esse uso soma-se outro: “cagão” pode ser a pessoa que não tem capacidade para realizar bem uma determinada ação. Num domínio fonte, há uma pessoa que não administra bem a ação de “cagar” e por isso se borra toda, provocando um efeito desastroso. No domínio alvo, aparece uma pessoa que não realiza bem uma ação, não tem capacidade para exercê-la, provocando, assim, um afeito desastroso. Por meio de projeção metafórica, levamos esses conhecimentos do domínio fonte a outros modos de agir. Há expressões que explicam esse uso, como, por exemplo: “Ah, ele é um pedreiro cagão, não faz nada certo”, “Você não pintou a parede, você cagou a parede!”. Temos ainda “cagão” fazendo referência a uma pessoa que realiza uma ação e, por mero acaso, por sorte ou “cagada”, num termo mais vulgar, tudo termina bem. A explicação para este último uso perpassa pelas razões do penúltimo. Uma pessoa não administra bem a ação, porém, por mero acaso, tudo se sai bem. Justificam o uso expressões do tipo “Você cagou na sorte, jogou a carta errada e acabou ganhando o jogo”, “Rogério é muito cagão, casou-se com uma mulher pobre que, de repente, ficou rica!”.

Em conformidade com o exposto, justifica-se a seguinte rede de acepções para o afixo *-ão* deverbal.



É necessário explicitar que há uma restrição de aplicabilidade do afixo a determinadas bases verbais, como em verbos de movimento, a exemplo de “correr”, “lutar”, “caminhar”. Assim como verbos pontuais cuja ação é instantânea, a exemplo de “desmaiar”, “cair”, “explodir” etc; o mesmo acontece com verbos de estado, “ser”, “estar”, ou com verbos durativos, como “dormir”, “nadar”, “ler”, “correr”, “pintar”, “tocar”. Esses verbos selecionam outro tipo de sufixo concorrente como –dor, por exemplo. O afixo é usado com verbos (a) que indicam ação não instantânea (indicam um fazer do sujeito), como “brigar”, “comer”; (b) de processo e ação-processo, ou seja, (aqueles que expressam um evento ou sucessão de eventos que afetam o sujeito paciente, experimentador ou beneficiário), a exemplo de “arranhar”, “empurrar”; e (c) volitivos (os que expressam vontade do sujeito), como “mandar”, “pedir”.

6. Considerações finais

Como podemos observar há controvérsias em relação à origem do sufixo aumentativo -ão, assim como há na descrição do afixo em relação ao seu caráter homonímico ou polissêmico. O percurso histórico aponta a importância de se entender o teor semântico do afixo sincronicamente através da diacronia. Defendemos neste trabalho que o afixo tem sua origem na forma -o, -onis do genitivo (Latim clássico) e na forma acusativa -one (latim vulgar). Há, ainda, conforme Pharies (2002) as formações (-iō -ōnis) que têm a função de derivar nomes de ações bruscas a partir de verbos, como, “empurrão”, “beliscão” etc., mas admite a confluências entre os sufixos.

Fazer uma análise da descrição do afixo nas mais diversas literaturas de cunho morfológico nos mostrou que não há consenso entre os autores na descrição do formativo, mas, com base no arcabouço teórico da linguística cognitiva e de acordo com autores como Lakoff (1997), Fauconnier (1994), Fillmore (1982), Cuenca & Hilferty (1999), Ruiz de Mendoza (2000) e outros, tentamos apresentar uma descrição mais completa do sufixo. Nessa parte do trabalho, fizemos um estudo de sua natu-

reza polissêmica, comprovada através de dados, mostrando todas as suas diferentes acepções e analisamos o MCI de tamanho, adaptando-o ao grau aumentativo na Língua Portuguesa. A partir dessa análise, observamos que não há arbitrariedade nas formações com o afixo e constatamos que seu uso não é caprichoso, mas regular. Somado ao significado semântico, consideramos que em muitas formações o sufixo tem funções puramente pragmáticas – o falante se utiliza dessa regra morfológica de acordo com seus objetivos e intenções e não, simplesmente vontade, para expressar, entre outras coisas, poder, solidariedade, intimidade, jocosidade, desprezo e importância. Defendemos que temos regras de formação de palavras a serviço de atitudes emotiva e avaliativa do falante, mas que preserva, majoritariamente, a noção de grandeza.

Diante do exposto, esperamos ter mostrado que o afixo tem, hoje, um uso extremamente enriquecedor e possui capacidade linguística de enorme expressividade e que a pesquisa contribua com os estudos em Língua Portuguesa e, principalmente, com o avanço dos estudos morfológicos nessa perspectiva teórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASÍLIO, M. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- CUENCA, M.; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino português*. 6. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1964).
- FAUCONIER, G. *Mental Spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____; TUNER, M. *Conceptual Integration Networks*. Cognitive Science, vol. 22, n. 2, p. 133-187, 1998.

FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: _____. *Linguistics in the morning Calm*, ed. by the Linguistic Society of Korea Social: Hanshin, 1982, p. 111-137.

FROTA, Ana Paula. *A expressão do pejorativo em construções morfológicas*. 1985. Dissertação (de Mestrado). – PUC-Rio, Rio de Janeiro.

GONÇALVES, C. A. V. *Flexão e derivação em português*. 1. ed. Rio de Janeiro: Setor de Publicações da Faculdade de Letras da UFRJ, 2005.

_____ et al. Para uma estrutura radial das construções X-ão do português do Brasil. In: _____. *Linguística cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2010, p. 141-156.

_____. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação*. São Paulo: Contexto, 2011.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____; JOHNSON, M. *Metáfora de la vida cotidiana*. Madrid: Cátedra, 1995.

LANGACKER, R. W. *A view of linguistic semantics*. B. Rudzka-Ostyn (ed.), 1998.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MACHADO, Raúl. *Questões de gramática latina: morfologia geral e elementos de morfologia histórica*. Lisboa: Livraria Clássica A. M. Teixeira & C.^a (Filhos), 1941.

MARCUSCHI, Luis Antônio. *A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. ver. aum. Coimbra: Almedina, 2003.

MENDOZA IBÁÑES, F. J. Ruiz de. *El modelo cognitivo idealizado de tamaño y la formación de aumentativo y diminutivo em español*. Universidade de La Rioja. Volumen monográfico, 2000, p. 355-373.

_____. (2001). *Linguística cognitiva: semântica, pragmática y construcciones*. Universidade de La Rioja. Clac 8.

PHARIES, David. *Diccionario etimológico de los sufijos españoles*. Madrid: Gredos, 2002.

RIO-TORTO, Graça M. *Morfologia derivacional: Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto editora, 1998.

ROSA, Maria Carlota Amaral Paixão. *Formação de nomes aumentativos: um estudo da produtividade de alguns sufixos portugueses*. 1982. Dissertação (de Mestrado). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SAID ALI, Manoel de. *Gramática histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, A. P. *Para além do significado de aumentativo do sufixo aumentativo*. IN Anais do XIII CNLF, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p.2494-2510.

SILVA, Augusto. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VÄÄNÄNEN, Veiko. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos. Biblioteca Universitária, 1968.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao Português: Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.